

A N I T A L U C C H E S I

História, internet e novas mídias

Preocupações e
questionamentos para
historiadores do século XXI

ANITA LUCCHESI

História, internet e novas mídias

Preocupações e questionamentos
para historiadores do século XXI



Recife, 2022

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitor: Prof. Dr. Pedro Henrique de Barros Falcão

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Membros Internos:

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento

Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela

Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos

Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho

Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros

Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida

Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo

Profa. Dra. Rosangela Estevão Alves Falcão

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas

Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos:

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)

Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)

Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)

Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)

Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)

Profa. Dra. Letícia Virgínia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)

Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)

Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)

Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Gerente científico: Prof. Dr. Karl Schurster

Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Este livro foi submetido a avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.

História, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI

LUCCHESI, Anita

ISBN: 978-65-86413-72-4

1ª edição, maio de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização dos autores e da Edupe.

Sumário

| | |
|--|----|
| Lista de abreviaturas e siglas | 5 |
| 1. Introdução | 7 |
| 2. Na teia: problemas, itinerários e possibilidades | 15 |
| 3. Histórias no ciberespaço: Viagens sem mapas, sem referências e sem paradeiros no território incógnito da Web | 25 |
| 4. “Armazenado, quer dizer, esquecido” | 41 |
| 5. Para não concluir: a semeadura de um manifesto-problema | 49 |
| Referências | 53 |

Lista de abreviaturas e siglas

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

FGV – Fundação Getúlio Vargas

HaD – Historia a Debate

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

MinC – Ministério da Cultura

NTICs – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

PDF - *Portable Document Format*

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

1. Introdução

Desde que foi criada, até bem poucos anos atrás, a internet mudou o modo como trabalhamos, vivemos, nos divertimos e aprendemos. Nos últimos anos interferiu também no modo em que as pessoas se relacionam (CASTELS, 2003; BRIGGS e BURKE, 2006, CHARTIER, 2009). Tais transformações tornam desejável a discussão sobre o modo como estas mudanças repercutem na organização espacial e temporal no mundo e de que modo os estudiosos das ciências sociais podem, ou deveriam, se mover ao interno dessas redesenhadas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que emergem nesse cenário de saturação das mídias que constitui a era digital.

A internet com seus bancos de dados, *softwares*, arquivos e bibliotecas online abre uma miríade de questionamentos para os historiadores do nosso século, uma vez que possibilita novas formas de representação do passado e de memória na rede (VITALI, 2005).

Nós historiadores, lembra o estudioso da relação entre a história e a internet, Serge Noiret, já nos servimos deste instrumento para realizar pesquisas em diferentes escalas, porém, ainda sem explorar todas as possibilidades e recursos que este nos abre, ao mesmo tempo em que o produto da nossa pesquisa ainda é divulgado do modo tradicional. E ainda, cabe destacar, quando tratada por historiadores a Web tem aparecido basicamente como um locus para a exibição ou troca de materiais, textos, ensaios, fotografias. É ainda um tema para o qual se tem dedicado um espaço muito reduzido de reflexão entre nossos pares. Quando tratam da

rede, os historiadores costumam retomar as análises do filósofo Pierre Lévy (1996; 2010) sobre este quadro a partir da noção de “virtualização” do corpo, do texto, da economia, da inteligência e das diversas “metáforas do hipertexto” no universo da comunicação. Apesar de manterem os computadores perto de si há tempos, criando inclusive associações dedicadas aos estudos de história e informática, os historiadores ainda estão distantes da Internet enquanto objeto de estudo. O próprio uso de Lévy ressalta a rarefação de trabalhos de historiadores interessados pelo assunto.

A realização desta pesquisa, neste sentido, se faz necessária, na medida em que se entende relevante um esforço crítico em relação à historiografia inscrita nos marcos desta era digital e os novos problemas que os historiadores do século XXI têm de enfrentar.

O historiador italiano, organizador de um volume de título bastante expressivo – *La Storiografia Digitale* - Dario Ragazzini, já em 2004, alertava:

Acontece que a atividade cotidiana – alta ou baixa, excepcional ou extraordinária – deixa traços do tipo informático, que serão os documentos e as fontes da história futura do nosso presente. Como a historiografia de uma cultura alfabética é diferente daquela oral, assim também a historiografia de uma cultura digital será – e já o é – diferente daquela de uma cultura alfabética. (RAGAZZINI, 2004: VII)

O historiador francês Denis Rolland diferentemente de Ragazzini, não considera que junto à cultura digital tenhamos alcançado uma escrita da história diferente, entretanto já entende a internet como uma nova fonte para a História, inscrita no tempo presente e que ainda demanda detidos e cautelosos exames críticos. Segundo Rolland, na internet, a história assume frequentemente a forma de narrativas. Para o autor, esta história de “costuras invisíveis”, cujo nível de credibilidade científica é quase sempre desconhecido, pode acabar levando a um mal-estar da história, por ser muitas vezes repleta de dissimulações ou amnésias-constitutivas (ROLLAND, 2004: 02).

Rolland nos alerta ainda para outro problema, qual seja, o espírito crítico dos leitores. Segundo ele, a maioria dos leitores não está preparada para a leitura radicalmente realizada em diversos níveis, como se faz na internet. Um dos agravantes disto é que na internet, geralmente a única forma de avaliação do conteúdo que se tem é aquela referente à frequência e número de visitas de certos sites, o que pode acabar, em muitos casos, levando alguns leitores desavisados a confiarem nas primeiras informações encontradas, sem observar com a necessária atenção os elementos que poderiam atestar a maior ou menor fidedignidade de um texto. Este critério é um dos determinantes para que um endereço obtenha melhor classificação no *ranking* dos principais motores de pesquisa da internet, como o *Google*, fazendo com que esta ou aquela referência ganhe mais evidência estando no topo da página de resultados de uma busca, independente do seu caráter científico, rigor metodológico ou reconhecimento acadêmico. No que diz respeito aos textos referentes à nossa disciplina na internet, o autor observa:

o escrito “virtual”, raramente assinado, oferece, amiúde, para os consumidores, sem que o internauta o saiba, uma **história sem historiador**. Ao contrário da produção impressa, para a qual se dispõe de instrumentos de discriminação (bibliografias, resenhas críticas, reputação científica...), para a “rede” não existem hoje senão muito poucos meios para avaliar a qualidade do que nela se oferece, e as “sitegrafias” não são numerosas, nem muito confiáveis. Há, além disso, um agravante: a virtualidade da informação conduz facilmente a uma **falta de distanciamento**, em função de uma relação mais distanciada com as fontes mais diversificadas, a informação que chega às telas é julgada e utilizada *a priori* por estudantes e jovens pesquisadores com **menos filtros críticos** ainda do que a informação impressa. De certo modo, a magia da acessibilidade de dados distantes, somada à juventude do meio de informação, prejudica em parte o olhar potencialmente crítico. (ROLLAND, 2004: 02, grifo nosso)

As questões levantadas pelo autor no excerto acima, nos *linkam* diretamente a outro item em negrito na página dos problemas da representação do passado na internet que estamos desenrolando: o do amadorismo ou diletantismo nos textos de caráter históricos que caem na rede todos os dias. De certo que esta não é uma peculiaridade do ambiente público da internet. Textos diletantes ganhando mais destaque que textos de acadêmicos com alto grau de aprovação entre seus pares não são mesmo exclusividade da chamada Era da Informação. As técnicas de propaganda, as estratégias de lançamentos editoriais e as linguagens, por vezes mais palatáveis ao gosto do leitor leigo que aquela *academicista*, somado a altos investimentos em *design* e outros atrativos estéticos, têm, amiúde, posto em maior relevo no mercado editorial nacional publicações de caráter histórico que não são, a rigor, produzidas por historiadores. Tal fato divide opiniões dentro da classe. Ao mesmo tempo, desperta a nossa atenção, pois aponta para a existência de um público interessado no conhecimento histórico, com quem, talvez, precisemos aprender a conversar, sem, contudo, perder de vista a necessidade de mantermos o rigor e o decoro que o nosso ofício demanda.

O conjunto de questionamentos e problemas inerentes à supracitada questão do amadorismo de textos históricos na internet nos é bastante útil enquanto exemplo a esta altura de nossa redação, na medida em que, precisamos esclarecer, muito do que trataremos aqui, não diz respeito a problemas inéditos *stricto sensu*, mas na maioria dos casos, salvo especificidades técnicas impostas pela natureza no nosso objeto, transformações e agravamentos de questões já colocadas anteriormente para historiadores de gerações antes da nossa.

De certa forma, o que temos a apresentar neste pequeno livro é uma atualização, perante o advento da internet, de alguns velhos problemas já conhecidos e debatidos pela historiografia em outros contextos. Contudo, o que retemos de maior importância neste estudo é justamente a apreciação destas questões levando em consideração as particularidades com que as operações de registro – produtoras de memória –, escrita, leitura e

compartilhamento de todas estas informações em *bits* possuem neste contexto de constantes e imprevisíveis transformações da era digital.

Quando falamos da imprevisibilidade das mudanças e da velocidade com que ocorrem nesse meio digital, devemos também informar ao nosso leitor que em se tratando de fazer um mapeamento, qualquer que seja, de assuntos relacionados à internet ou mesmo da busca de informações na internet nos dias correntes, é – para usar a expressão do criador de *softwares* norte-americano Mitchell Kapor – como tentar beber água de um hidrante. Há uma arrebatadora oferta de informações quando se está conectado à rede pululando todo o tempo em nossa tela. São milhares de novas entradas em sites, nas atualizações de amigos (e, por que não desconhecidos?) nas redes sociais, pelos *newsletters* que nos chegam por correio eletrônico ou pelos *Feeds RSS* assinados. Torna-se, desse modo, realmente um caminho sem volta tentar escalar tal montanha de dados. A torrente de informações é geral e só vem engrossando desde a prensa de Johan Gutenberg. Focalizando sobre o nosso tema, então, é destacável que a disponibilização de metainformações sobre as novidades e incrementos tecnológicos que dizem respeito à própria internet, como o nascimento de novas redes sociais, novos aplicativos, *softwares* etc. apresenta-se também em crescimento constante. De forma que, instintiva e racionalmente, somos levados a concordar com Harald Weinrich, quando diz:

(...) é evidente que todos aqueles que não se livram em tempo do ethos ingênuo da documentação completa, ainda que seja por um toque de levianidade, serão esmagados pela massa de informações disponíveis, de modo que eles próprios não poderão mais participar do processo de pesquisa. O que se pode fazer? Antes de mais nada, o que ainda não ocorre ou muito pouco, a cada iniciação na atividade científica, portanto na vida universitária, além das incessantes técnicas de obtenção de informações também se devia ensinar a sutil arte da rejeição de informações. Pois hoje em dia a ciência já não é mais praticável sem um claro componente de esquecimento.

Ora, não é de hoje que o historiador lida com a angustiante necessidade de selecionar documentos, fontes, personagens, períodos, categorias. Como Michel de Certeau já dissera, a seleção é o gesto pelo qual tudo começa na história. O recorte e o tal componente de esquecimento foi, mesmo quando inconsciente, sempre necessário, possibilitador. Mas como todo recorte parece sempre deixar no ar certo sentimento de amputação e o historiador é constrangido sempre aprender a conviver com as dores fantasmas do que teve que ser, forçosamente, deixado de lado. Alguns transformam a angustia e o desconforto de viver com isto numa sorte de estímulo para se danarem a perfurar novas montanhas de dados e informações e quiçá, sair de lá com alguma história.

Nosso próprio recorte, detendo-nos em algumas produções chave sobre o tema na primeira década do século XXI, consiste em si mesmo num problema. É que como disse Luciano Figueiredo em um pioneiro trabalho relacionado ao tema no Brasil - *História e Informática: o uso do computador* (1997) - no qual apontava o potencial da informática em pesquisas historiográficas: “O amanhã – nessa velocíssima vertigem que a ciência informática (e o mercado) introduziu – tornará este texto obsoleto” (FIGUEIREDO, 1997: 439).

É desta forma, na passagem de uma cultura da escassez para uma cultura de abundância, como nos fala Antonio Fernando de Araujo Sá - numa clara referência aos textos dos “fundadores” da *Digital History* norte-americana, Roy Rosenzweig e Daniel Cohen - acerca deste admirável mundo novo da *cibercultura* (SÁ, 2008; FLÓREZ, 2011), que se torna urgente o debate não apenas sobre as técnicas de conservação digital dos arquivos em longo prazo, mas também quanto ao outro lado da moeda - a seleção: Afinal, o que conservar? (WEIRINCH, 2001, NOIRET, 2004; DANTAS, 2005).

Como vimos, as perguntas são muitas e para respondê-las será necessário embarcar numa viagem minimamente transdisciplinar, tendo em vista o ainda pequeno raio do debate em nossa área de estudo. Assim, abrindo um pouco o enquadramento da nossa lente, somos levados a admitir, com John B. Thompson (1998), que a utilização das redes de comunicação

e informação, criaram novas formas de ação e interação na sociedade, ao mesmo tempo em que transformam os diversos tipos de relação entre os indivíduos e mesmo a relação mais íntima de si consigo mesmo. Além das relações sociais, jamais ignoradas pelos historiadores dos mais variados campos do conhecimento histórico, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), também alteram radicalmente a organização espaço-temporal da vida social, o que, portanto, toca diretamente nas matérias com que lida o historiador em seu ofício. Sabemos que hoje, não é necessário estar cara-a-cara com outra pessoa para uma interação instantânea, mesmo que esta interação seja para o exercício do poder por uma das partes – ilustram bem este caso as empresas que funcionam em rede (LÉVY, 1996). Uma torrente de relações quotidianas são atualmente mediadas por dispositivos e redes eletrônicas que liberam os indivíduos da exigência de compartilharem um mesmo ambiente. Entramos então no que Levy (1996) chama de uma economia da desterritorialização ou da virtualização. Somando-se aos investimentos dos setores da informática e da comunicação digital aqueles do turismo, acrescente o autor “a humanidade jamais dedicou tantos recursos a não estar presente (...)”(LÉVY, 1996: 51).

O tema, como vemos, é demasiado novo e vivo para que desejemos enclausurá-lo nos limites de algumas considerações sumárias. Aliás, um dos grandes desafios de se pensar sobre esta temática está exatamente em sua forma “gerúndica” – há sempre alguma coisa acontecendo nesta história – e devemos aprender interrogá-la mesmo no “calor dos acontecimentos” para poder produzir um texto histórico. O objeto de nossa análise está, portanto, no presente, nele interfere e por ele é interferido.

E segundo o sociólogo polonês Sygmunt Bauman vivemos em um tempo de ineditismo extraordinário para as atividades da vida em sociedade, sobretudo no que diz respeito ao indivíduo, cada vez mais esvaziado de *alteritas*.

Segundo Bauman, estes seriam *Tempos Líquidos* (BAUMAN, 2007), período caracterizado pela transição da fase sólida da modernidade, para a sua fase líquida, esta última marcada pela dissolução de regras e de toda

sorte de objetividade nas relações sociais. No senso comum, um período de grande relativismo e instabilidade. Período coincidente ao que diversos autores identificam como o contexto surgimento e desenvolvimento da Terceira Revolução Industrial, cujos desdobramentos terminam por nos catapultar para esta “cultura digital” (RAGAZZINI, 2004). Tempo em que reuniões e encontros virtuais para tratar de política ocorrem na internet, em movimentos identificados como “ciberativismo político”, tempo em que revoluções se organizam via web, como pudemos acompanhar ao longo deste ano de 2011 nos protestos contra os regimes autoritários do Oriente Médio que foram denominados de Primavera Árabe¹. Época em que você pode carregar com você pelo menos 1.400 livros para ler quando quiser e onde for, basta utilizar um modelo de *e-book reader* como o *Kindle* da *Amazon.com*.

Com todas estas importantes informações em mente e tendo esclarecido os limites deste trabalho, prosseguimos.

1. Em junho de 2011, dentre as ações de protestos dos jovens israelenses estava uma ação de cerca de 60 mil usuários do Facebook, que organizaram um boicote contra o aumento de 70% no preço do queijo cottage. Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo de 14 de agosto “O produto (queijo cottage) presente no café da manhã da maioria dos israelenses e o protesto virtual chegaram a ser motivo de piada. Mas a pressão deu resultado e as empresas baixaram os valores da iguaria em 30%.”. VAZ, Viviane. Guilhotina Facebook. O Estado de S. Paulo, 14.08.2011.

2. Na teia: problemas, itinerários e possibilidades

O que se pretendemos aqui, quando falamos em “historiografia digital” não se trata de um aperfeiçoamento da história quantitativa. Aliás, que se destaque, falar de história e internet não é, necessariamente, falar de um desenvolvimento da história serial ajudada por computadores. Não é da relação da história com uma grande calculadora que a ajude a somar e arquivar dados, nem com uma sofisticada máquina de escrever eletrônica, que estamos falando. Apontamos, antes, para as particularidades da relação entre a história e a internet que, certamente, tem a ver com computadores e com o desenvolvimento da informática, porém, hoje sabemos, não é preciso de um computador por excelência para acessar a internet, pode-se fazê-lo através de celulares, *Androids*, leitores de livros eletrônicos, *tablets* etc. O que nos interessa aqui, diz respeito àqueles questionamentos que no ambiente *online*, no interior da rede mundial de computadores, possa trazer novos problemas para os historiadores. Por conseguinte, o que falaremos doravante não depende apenas da disponibilidade de um computador - *hardware e software* – mas, imprescindivelmente, de conexão.

Pensar “historiografia digital” é refletir sobre os usos das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) por historiadores do século XXI. Consideramos relevante a discussão à medida que essas chamadas novas tecnologias alteram as noções de temporalidade e espacialidade, estabelecem novas formas de relacionamentos sociais e criam diferentes tipos de registros da atividade humana. É no contexto dessas

e outras transformações, que a noção de uma “cultura digital” torna-se objeto de investigação histórica no que diz respeito às indagações do Tempo Presente e se coloca como um problema a ser pensado à luz da história da história (RAGAZZINI, 2004).

Neste movimento, alguns historiadores têm se dedicado a produzir sentido para o que batizaram de *Digital History*, nos Estados Unidos e *Storiografia Digitale*, na Itália. Seus esforços consistem em interpretar o mundo digital superinformado e pensar o fazer historiográfico nos marcos da linguagem hipertextual da computação semântica, dos algoritmos e *softwares*, característica da Internet, que por muito esteve fora da alçada das Ciências Humanas (COHEN e ROSENZWEIG, 2005; NOIRET, 2005).

O grupo de historiadores dos Estados Unidos, mais precisamente, aqueles ligados institucionalmente a um centro de pesquisa da *George Mason University* (GMU), na Virgínia, cujo sugestivo nome é *Center For History And New Media* (CHNM) ² foi liderado por Roy Rosenzweig, historiador norte-americano, que encabeçou os primeiros projetos do CHNM (fundado em 1944 por ele mesmo). Vale ressaltar que este centro aglutinou um grande grupo de historiadores ocupados em tentar sistematizar formas de interpretações do passado que se valessem de fontes e ferramentas digitais compartilhados no World Wide Web para isso. A expressão desta tentativa encontra-se disponível no site do CHNM sob a forma de um manual para realização de pesquisas históricas online, o volume *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web* escrito por Rosenzweig e Daniel Cohen (2005) que, como o primeiro, é também professor do Departamento de História da GMU, e muito interessado no cruzamento da disciplina histórica com a informática e seus derivados.

Os historiadores do CHNM não estavam sozinhos ao refletir sobre a emergência de uma nova forma de realizar pesquisa história. Esta discussão também ganhou espaço poucos anos depois no debate historiográfico

2. Centro de Pesquisa Sobre História e Novas Mídias ver: <http://chnm.gmu.edu/> Acessado em: 20/12/2010.

do além mar. Nos primeiros anos deste século, o historiador italiano especialista em história moderna, Rolando Minuti, publicara um volume em francês, que também ganhara tradução italiana, sobre as incertezas que a relação entre história e *internet* trazia para o ofício do historiador. Minuti sublinha que apesar dos benefícios que a rede telemática e a *internet* podem trazer para os historiadores, como a facilidade ao acesso das fontes digitalizadas e a velocidade de troca de informações com uma comunidade acadêmica virtual, estas inovações trazem consigo algumas incertezas que carecem de reflexão, como a instabilidade dos textos na *internet*, a questão dos links corrompidos, a conservação do digital, o amadorismo.

Já em 2004 foram publicados na Itália dois volumes que se tornaram referência para pensar a assim chamada historiografia digital na academia italiana. Um deles, sob o audacioso título *La Storiografia Digitale*, foi curado pelo historiador Dario Ragazzini, com participação de outros três historiadores e do arquivista Stefano Vitali. O volume apresenta uma nova situação de compartilhamento cognitivo no mundo através da *internet*, novas formas de registro de memória, não somente textos e imagens digitalizados, mas também fóruns, blogs, *chats* e outros documentos disponíveis em sites institucionais, identificando o surgimento de materiais *born digital* (ERWAY, 2012: 1-4).

No mesmo ano, Vitali publicou o volume *Passato digitale: le fonti dello storico nell'era del computer*, assinalando ainda alguns problemas do consumo da história na *internet*, sendo minucioso na análise de aspectos técnicos e nas tensões em que está envolvida a memória neste ambiente *web*. O que estes pesquisadores fazem, em certa medida, é recuperar e ampliar um debate similar que já existira anteriormente acerca da informática aplicada às Ciências Humanas, mas dando ênfase justamente ao advento da *internet* como tecnologia aplicada à realização de trabalhos historiográficos³.

3. E falando em tecnologia voltada para a realização de trabalhos historiográficos, cabe destacar o grande investimento do CHNM em desenvolvimentos de ferramentas para o “historiador digital”, como costumam chamar. Dentre elas, ganha relevo o *software Zotero*

No ano seguinte, ainda à frente do Arquivo de Estado de Florença, Vitali escrevia um outro artigo em que dizia haver na rede um “caleidoscópio multiforme de representações do passado”(VITALI, 2005: 01). Um dos primeiros problemas que o autor identifica é o de uma hipertrofia de memória na rede. Tal fenômeno poderia ser exemplificado de diversas formas, seja pela ação de particulares ou instituições. Os blogs, por exemplo, concederam a “qualquer um” o poder de fala nesse novo meio, e daí, destaca o autor, produziram-se milhares de textos, pretendendo-se historiográficos, mas dominados por um senso comum, muitas vezes impregnado da visão do passado que é veiculada nos *mass media*, fantástica e mitológica - romantizada.

Corre-se o risco, adverte Vitali, “de afogar as iniciativas científicas em potencial em um mar de sites diletantes”. Mas também há casos em que a iniciativa parte de sites institucionais, entre os quais Vitali pesca o exemplo do *Library of Life*⁴, promovido por uma instituição com a autoridade da Cruz Vermelha Internacional que encoraja as pessoas a “compartilhar suas memórias e a mantê-las vivas para sempre online”, construindo assim, justamente um enorme arquivo de histórias de vida.

Para citar pelos menos um exemplo de site que trabalha em moldes parecidos ao *Library of Life*, podemos citar o curioso caso do *Linkory*⁵. O *Linkory* surgiu em 2007 com a promessa de reunir – *linkar* – memórias na rede de maneira divertida e com isso criar História. Vejamos a chamada que aparecia na primeira página da rede social:

(<http://www.zotero.org/>), que permite coletar, gerenciar e citar fontes de pesquisas obtidas na internet, além de habilitar os usuários para compartilhar seus referências com outros internautas. Originalmente lançado como uma extensão do navegador Firefox, atualmente já apresenta versões *beta* para *Safári* e *Google Chrome*, além de disponibilizar *apps mobiles*.

4. Library of Life. Share Memories Forever. <http://www.libraryoflife.org/>.

5. Segundo o Internet Archive, o *Linkory* esteve disponível no endereço <http://www.linkory.com/> pelo menos até 02 de fevereiro de 2011. Hoje o site encontra-se desativado e o endereço link a um conteúdo que não corresponde ao real *Linkory*. Último acesso em 10 de dezembro de 2011.



Figura a. Screenshot (foto/print) do topo da home de *Linkory.com*

Fonte: *Linkory.com*, 14 agosto 2008.

O que *Linkory* promete é permitir aos próprios usuários criar um pouco da História, criando assim uma sorte de História vista pelos olhos dos cidadãos comuns. Em *Linkory* se reúnem pessoas conhecidas e desconhecidas em torno de eventos e acontecimentos (público ou privados) do qual participaram ou gostariam de ter participado que passam a poder, através dos registros disponíveis ali (fotos, vídeos e depoimentos) saber como foi, avaliar, reviver, lembrar... Assim em outro *screenshot*⁶ - o de fevereiro de 2011, o último disponível no *Internet Archive* antes que o site saísse do ar - vemos rubricas de pessoas “comuns” sobre eventos como o 11 de setembro e a Morte da Princesa Diana. A particularidade de *Linkory* em relação a tantas outras redes que hoje em dias colecionam memórias online é que esta rede já saiu do ar. Fica no ar nossa pergunta e um problema: Aonde foram parar os registros dos diversos escritores deste grande diário *multimedial online*? Encontram-se sob o domínio de quem? Foram perdidos? E as referências que podem ter sido feitas a estes relatos, perderam sua verificabilidade para sempre, dado a quebra do link?

6. Screenshot referente a 02 de Fevereiro de 2011 <http://web.archive.org/web/20110202162006/http://linkory.com/> Último acesso em 10 de dezembro de 2011.

São todas perguntas para as quais não temos respostas, mas aguçam nossa angústia em relação ao terreno movediço e imprevisível da Web.

Daí, Vitali entende ter surgido com a internet uma sorte de *popular historymakers*. Dois historiadores americanos, Roy Rosenzweig e David Thelen, lembra Vitali, escreveram em 1998 um ensaio chamado *Everyone a Historian* (ROSENZWEIG e THELEN, 1998) em que avaliavam positivamente o fenômeno, alegando que como os historiadores profissionais, os *popular historymakers* confeccionam suas próprias narrativas, ainda que sob a forma de uma conversa à mesa ou árvores genealógicas, ao invés de monografias eruditas. Antes deles, já nos anos 1930, outro historiador americano, segundo Vitali, já havia enunciado algo parecido, embora em outro contexto, no artigo cujo peculiar título era *Everyman his own historian*, no qual o autor Carl Becker defendia que qualquer um podia ser o historiador, o autor, de suas próprias interpretações sobre a história. Ora, aqui parece que o perigo alertado por Rolland de uma “história sem historiador” começa a assumir uma forma mais objetiva.

A questão dos historiadores amadores apresentada por Vitali constitui para nós outro problema, pois sugere que além da confusão entre memória e história, cujas fronteiras parecem se confundir na internet, há uma outra confusão em trânsito na rede, a que confunde narrativa e história. Ora, se todos são historiadores, quem somos nós? Se toda narrativa que evoque o passado pode ser admitida como história, o que é história?

Determinar o que é história, estabelecer critérios para diferenciar uma narrativa histórica de uma ficção, justificar a disposição científica da história e apresentar uma definição do que venha a ser a condição histórica não é o nosso intuito aqui. Poderíamos, entretanto, brincar cautelosamente com a afirmação “toda história é narrativa, mas nem toda narrativa é história” para descartar a possibilidade de que todas estas investidas dos historiadores amadores sejam mesmo história. Não que reivindicemos o direito exclusivo de escrever um texto histórico, aliás, quantos filósofos já não o fizeram com autoridade? A questão aqui é

tentar entender que tipo textos se apresentam como história na internet e pensar em critérios para classificá-los e identificá-los. Como iluminar, no paiol da internet, aquelas narrativas que podem, de fato, ser consideradas história destacando-as daquelas outras histórias, igualmente narrativas, mas desprovidas daquela intencionalidade historiadora da “representância” de que escreve Paul Ricoeur (2007)?

Talvez então, nos fosse necessária uma pergunta anterior: que “história” (com muitas aspas) se está produzindo hoje? Interessante pensar na história como um produto neste cenário da rede em que os *web atores* consomem passado o tempo inteiro, se o que aconteceu ontem no mundo, pode já ser hoje veiculado nas mídias de massa como passado.

Assim, interessa-nos questionar se a internet, e todas as mudanças que ela trouxe consigo, sobretudo, a transformação das noções de espacialidade e temporalidade, alteram tão substancialmente as condições de produção e compartilhamento da história a ponto de, como querem alguns de nossos interlocutores, ser necessário fundar um novo paradigma historiográfico. Será?

É nesta direção que cotejaremos os trabalhos de ambos os grupos de pesquisa – o norte-americano e o italiano – nesses primeiros dez anos do nosso século. E comparando-os, podemos dizer que os norte-americanos fariam parte daquele grupo mais entusiasta quanto às promessas da “historiografia digital” enquanto os italianos integrariam o grupo dos mais céticos em relação à tecnologia e aos novos pressupostos dessa historiografia. Isto não significa dizer que os americanos do CHNM estejam produzindo menos providos de críticas que os italianos; nem que estes últimos estejam assumindo uma postura pessimista em relação a este admirável campo novo⁷. As reflexões de ambos os grupos, aliás, serviram aqui de ponto de partida para as nossas perguntas. Devemos estar

7. A expressão “admirável campo novo” faz referência ao título do artigo de caráter introdutório de Antônio Fernando de Sá Araújo (SÁ, 2008), do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, que de maneira pioneira no Brasil, em 2008, dedicava-se a apresentar os desafios que se colocavam para os profissionais da história em tempos de

atentos, contudo, às tradições, interesses políticos e disponibilidade de recursos diferentes para cada grupo, que por sua vez, designam limites, possibilidades e rumos distintos para estes projetos de “historiografia digital”, pois outra vez com Certeau (1988: 27), não podemos ignorar que a mesma institucionalidade que permite, interdita.

E já que falamos de questionamentos e problemas, cabe deixar explícito, ainda, que este é um estudo de caráter introdutório que aponta inevitavelmente para o prolongamento de uma pesquisa mais detida e de maior fôlego em outros formatos, de especialização ou pós-graduação.

No *hall* das novas possibilidades de pesquisa que podem evocar perguntas diferentes neste contexto de “cultura digital”, podemos mencionar, para além do que já foi sugerido, uma série de outras problemáticas que por questão de espaço e habilidade, deverão aguardar pela realização de um estudo mais profundo do tema. Assim, ficam fatalmente descobertos diversos problemas relativos ao surgimento de novos objetos para as Ciências Humanas - quais as dinâmicas sociais e econômicas desta “sociedade em rede” (CASTELLS, 2003) como o *ciberativismo* político e as apropriações que a extrema direita faz da Internet (MAYNARD, 2010), os novos tipos de “escritas de si” que surgem com os *blogs* (KOMESU, 2005), a suposta transformação do *ethos* político e cultural do “novo espírito do capitalismo” em tempos de *cibercultura* etc (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

É no que tange os questionamentos inerentes à própria “operação histórica” e seus protocolos e suas etapas, buscando respostas para como utilizar a internet para realizar pesquisas históricas, seja como ferramenta, seja fonte primária (ALMEIDA, 2011) que pretendemos contribuir um pouco mais, ainda que não seja trazendo resposta, mas sim, novas perguntas. Como, por exemplo, tratar os documentos *born digital* ou digitalizados? De que modo assegurar a verificabilidade das referências

internet. O artigo foi publicado na Revista **Eletrônica** Boletim do TEMPO (grifo nosso). Ver bibliografia.

dada à fragilidade da memória e dos links na *web* (VITALI, 2004 e 2005)? Como equacionar o problema “história-sem-historiador” enunciado acima através do trabalho de Rolland? O que se altera na tensão entre memória e esquecimento na internet? Que novos percursos permitem os hipertextos para historiadores e leitores em tempos de internet? Como lidar com este regime de hiper imediaticidade em que vivemos atualmente?

Enfim, nossa contribuição para o debate se dá mais na expectativa de saber se seriam necessárias e quais seriam as atualizações desejáveis para o profissional de história que trabalha “na rede” hoje, distante de pó dos arquivos e bibliotecas, mas que ainda não esqueceu o imperativo de haver um método criterioso de pesquisa, ainda que, por circular em novos espaços, precise buscar novos itinerários (NOIRET, 2004).

3. Histórias no ciberespaço: Viagens sem mapas, sem referências e sem paradeiros no território incógnito da Web

“As viagens são umas das fontes da história.”

Chateaubriand, 1827

Nota-se, com o advento da Web, o surgimento de uma nova esfera global pública. Nesta esfera há websites que fazem uso público da História. Quando consideramos tal fato é preciso levar em consideração a grande quantidade de sites oficiais de instituições variadas ocupadas com o saber que se dedicam a ofertar conteúdos históricos; bem como os sites e blogs de particulares e/ou empresas que também figuram neste novo espaço como autores ou, pelo menos, co-autores, editores de conteúdos históricos (ou passíveis de se tornar históricos).

O fato é que no chamado *Ciberespaço* onde hoje circulam quase indistintamente historiadores, jornalistas, webmasters e os mais diversos sujeitos formadores da dita opinião pública também se encontra espalhado, por assim dizer, uma enorme quantidade de documentos passíveis de servir à pesquisas históricas e, para o nosso temor, as fronteiras entre os espaços de atuação destes sujeitos não é nada clara na internet. Por vezes, aliás, em um mesmo site encontramos uma pluralidade de autores e de documentos de naturezas distintas que dificilmente encontramos nas corriqueiras coletâneas cartáceas que manuseamos aqui e acolá.

Tudo isso impõe que seja realizado um exercício crítico e uma operação de seleção ainda mais atenta e rigorosa ao se lidar com o passado,

por assim dizer, diluído na rede. História em migalhas de *bytes* para lembrar a expressão de François Dosse (1992).

Um dos problemas primários que parece se colocar diante deste novo espaço, particular porque não material, porque virtual e dotado de alto dinamismo, é justamente a falta de compartimentos, a ausência de critérios que agrupe ou classifique de maneira inteligível a enorme e plural oferta de recursos disponibilizados na Web. Segundo o italiano Antonino Criscione (2003), a melhor metáfora para pensar a “*storia su internet*” (a história na internet) seria mesmo a do arquivo, justamente por dar conta deste caráter dinâmico e aberto que caracteriza a oferta de materiais “não convencionais” sobre história (todo tipo de documentos) constantemente “colocados” online, não em ordem, mas pelo menos, ordenáveis – isto é, passíveis de serem organizados por um usuário, uma vez determinado seu recorte.

Pensar uma organização, uma disposição e classificação de arquivos, sites e mídias variadas no ciberespaço nos leva a pensar a dimensão física que há neste virtual. Ou, pelo menos, a transposição da ideia de espaço físico e/ou de materialidade para o conceito de *ciberespaço*.

Vale, antes de avançar, deixar claro o que entendemos chamar de *ciberespaço*. Em primeira mão, em uma palavra: internet, a rede das redes. Para o criador do termo na literatura em , William Gibson, *ciberespaço* é:

Uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não-espaço da mente; nebulosas e constelações infundáveis de dados. Como marés de luzes da cidade. (GIBSON, apud MONTEIRO, 2007)

Já segundo Levy (2000), um dos tantos autores que se apropriou e reformulou o conceito de Gibson, o *ciberespaço* é:

... **espaço** de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores.(...) Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço **o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século**. (LÉVY, 2000: 92-93, grifo nosso)

Para nós é cara a atualização do conceito em Lévy, pois o autor lhe atribui, para além do forte valor abstrato já apresentado por Gibson, uma concretude já presente em nosso dia-a-dia quando nos referimos a algo que está *na internet* ou algo que fazemos *lá*. Isto é, a própria noção de espaço em si. E, além disso, devemos fazer atenção particular também ao último grifo. Assim, na descrição conceitual de Lévy, conseguimos encontrar correspondência para o que Silvana Drumond Monteiro (2007) elencou em sua ontologia do conceito como sendo elementos fundamentais: 1) Web; 2) hipertexto; 3) *browser*; 4) mecanismos de busca.

É através e neste ciberespaço assim definido que desejamos propor que sejam refletidas as viagens e descolamentos dos historiadores do século XXI. É interessante também recuperar a imagem de ciberespaço que Darnton (1999) associa analogamente a imagem que Santo Agostinho fazia da mente de Deus, por ser também o ciberespaço “onisciente” e infinito, e neste aspecto também, bastante misterioso, daí levantar tantos questionamentos. Se desde os tempos de Heródoto deslocar-se no

espaço era já condição para que uma história fosse contada, hoje, dada a desterritorialização de textos, corpos e economias, nos vemos de certo modo também levados a pensar as viagens dos historiadores, nas fronteiras entre um texto e outro, um arquivo e outro, bibliotecas, épocas, contextos históricos, neste ciberespaço. Mas para “contar história”, tal qual nos ensinaram os antigos, não basta viajar e ponto. É necessário ir lá, voltar e dizer “eu vi”. Isto é, viajar e narrar.

E é aqui que todos os elementos apontados por Monteiro nos valem para pensar, seja a *história na internet* como vê Criscione, seja a *internet através da história*, na concepção do mesmo autor, que aparece bem corroborada na obra de Ragazzini (2004). Qual seja, a concepção de Web como uma estrutura aberta, uma mídia, um meio ou espaço de interação, comunicação, cooperação e produção (CRISCIONE, 2003). Espaço por tanto onde se pode viajar virtualmente entre um e outro texto ou arquivo de dado e, ao mesmo tempo, espaço onde se dá também a etapa a escrita propriamente da História, a produção.

Pensando a história em certa medida, dependente de viagens (tal qual se diz na epígrafe desta seção), cabe recordar alguns pressupostos deixados por aquele que foi considerado o pioneiro em produção de história. Voltemos, pois, alguns séculos para que possamos relembrar alguns postulados inescapáveis que nos foram legados por Heródoto, sobretudo no que dizem respeito à valia das viagens e das referências (ainda que para a época, não houvesse esta definição) para a história, que nos âmbito deste trabalho ganham significativo destaque, visto que diante do advento da internet temos pensado diferentes espacialidades (e portanto viagens) e novas formas, senão um novo sistema, de referências no contexto das produções “in lócus” na Web, isto é, os textos já produzidos no formato eletrônico digital.

Cabe lembrar que um dos, senão o principal, objetivo da escrita da História na concepção antiga era registrar e relatar os grandes feitos dos homens. Com Heródoto a narrativa destes fatos deixa de ser apenas mais um relato das musas, e assume uma espécie de compromisso em “expor

os fatos como eles foram”. Para se diferenciar das narrativas fantasiosas e poéticas de até então, o *pai da história* deveria recorrer a um mecanismo de “fazer crer”, que legitimasse “alguma verdade” em suas narrativas, ainda que elas contivessem algum remanescente traço fantasioso, mítico. É neste entendimento, de que é necessário “validar” a narrativa para atender a estes pressupostos que Heródoto vai recorrer como trata François Hartog em seu “O Espelho de Heródoto” ao mecanismo da *autopsia* como um dos possíveis e principal meio para alcançar o escopo de “tornar crível” a narrativa (HARTOG, 1999). Através da referencia “eu vi” era possível convencer o leitor de que o autor realmente teria presenciado aquilo que narrava e por esta razão recobriria à sua narrativa uma maior fidedignidade em relação àquelas escritas por narradores que não foram testemunhas oculares, que só ouviram a narrativa de determinado fato. O “ver”, portanto era para aquela concepção de história uma espécie de chancela de qualidade, de confiabilidade, uma característica “marca de enunciação” (HARTOG, 1999). Hoje chamamos de referencia aquilo que lemos, e a voz “eu li” vem subentendida nas nossas notas de rodapé, ou se quisermos, no cenário desta “historiografia digital”, este “eu li” vem na forma de **hipertextos**.

Pensemos na teia das conexões diversas do mundo digital a substituição das viagens “reais” (por oposição às “virtuais”) muitas vezes indispensáveis para a realização de uma pesquisa, por micro deslocamentos de mouses no espaço físico de uma mesa de trabalho, que resultam em um grande no ciberespaço, evitando as milhas, economizando o tempo das viagens e poupando os recursos do pesquisador. Ora, uma substituição de tal ordem, não altera em certa medida o fazer do historiador? Mais uma pergunta que fica suspensa.

É importante ressaltar que as viagens virtualmente possíveis no ciberespaço não se tratam apenas da navegação através do *browser* de diversos Websites, fornecidos por instituições ou, como é cada vez mais frequente, endereços localizados via mecanismos de busca (como o *Google*), realizar este tipo de “descolamento” trata-se de criar pontes e conexões entre textos, dados e sites diversos através dos chamados hipertextos.

Já em 1999 o historiador norte-americano Edward L. Ayers nos alertava que os arquivos digitais e a escrita da história – a construção da narrativa em si – em suportes digitais nos levaria necessariamente a um novo tipo de escrita, que levasse em consideração os recursos – a possibilidade de construir de conexões e manipular dados no ambiente eletrônico – que nos permitiriam então escrever uma história que pudesse ser lida e entendida em diversas etapas e camadas. Uma narrativa que, nestes moldes, possibilitaria um envolvimento muito maior dos leitores que a escrita tradicionalmente realizada nos livros cartáceos (modelo do códex). À história narrada e escrita desta maneira Ayers (1999) atribuiu o título de *hipertextual*.

Ora, é justamente a relação entre história e hipertexto que, no cenário geral das discussões acerca da “historiografia digital” tem ocupado espaço central nas reflexões de diversos pesquisadores, ao lado das tensões de preservação do passado na rede, que falaremos mais adiante, e dos problemas relativos a uma história que pode ser escrita – e lida – por todos (DARTON, 1999, CRISCIONE, 2003; RAGAZZINI, 2004; NOIRET, 2004, 2005; VITALI, 2005; COHEN e ROSENZWEIG, 2005).

Com Darnton (1999) e Noiret (2004, 2005) somos levados a considerar não apenas a transformação inerente ao uso do hipertexto, mas também a possibilidade de uma escrita multimedial, que permite, à diferença da escrita fixa no livro impresso, escrever e reescrever um texto histórico, tornando-o capaz de apresentar temas por vezes inenarráveis na ausência de determinadas mídias (vídeos, imagens - editadas, dispostas lado a lado, sobrepostas, *zoomadas* ou não - áudios, mapas dinâmicos, tabelas dinâmicas etc) que somente as potencialidades oferecidas pela internet e pela escrita em seu formato digital permitiriam.

Criscione (2003) considera que o hipertexto transforma mesmo as bases do conhecimento fundadas na cultura do livro e dos textos impressos. Segundo Criscione, o hipertexto apaga as distinções entre “início”, “meio” e “fim” de um texto, tudo isto se torna circunstancial, *editável*. Isto é, um texto escrito no formato digital, recorrendo às

multimídias e à referencialidade a partir de links (possíveis na Web) se torna mais ou menos fluido, mais ou menos rígido. A característica central na relação entre as novas e as “velhas” mídias para Criscione reside na imediaticidade com que se dá a relação entre mídias e com que se realiza o acesso de várias destas mídias simultaneamente (ou quase) pelo leitor de texto.

Tal imediaticidade das novas mídias digitais frente às tradicionais se desdobra, para Criscione, em duas tendências opostas. Uma delas, a noção de *transparência* (ou a ilusão da transparência) que aflora quando se dá a possibilidade de o leitor acessar por ele mesmo, quase que instantaneamente um link e verificar a fonte referenciada em uma nota *hipertextual*. Outra é a *opacidade*, que pode resultar da fragmentação de muitos pontos de vistas colocados a disposição através do acesso mediado pela tecnologia. São limites e possibilidades de se trabalhar em rede. Corre-se constantemente o perigo de afogamento em meio a estes múltiplos pontos de vistas no mar de informações em que se lançam as redes de links. Ao mesmo tempo, desavidados podem se julgar mais próximos da *Verdade* simplesmente por poder conferir instantaneamente determinadas referências. Acreditar nisso seria abandonar qualquer lição de método e teoria da história que já tivemos acesso até aqui. Contudo, há algo mais ou menos aferível que podemos afirmar desde já, é que estas possibilidades de transparência ou de opacidade tornam-se também elementos constantes da prática daqueles que optaram por trabalhar com história na rede. Os perigos oferecidos pelos sedutores apelos do anacronismo em narrativas tradicionalmente mais lineares em termo cronológicos, na internet se transmutam na fácil referenciabilidade através de links, o que não garante, por outro lado, um igualmente fácil exercício da crítica. Ousamos dizer que a hermenêutica das representações do passado na rede, soma ao trabalho do historiador, aspectos bastante complexos devido a todos os problemas que temos falado até aqui, como por exemplo, a hipertextualidade, a multimedialidade e mesmo a imediaticidade que marca a oferta de dados digitais-eletrônicos.

Outra face da imediatividade que vivemos hoje e que se mostra também como um novo problema a ser pensado e estudado por nós historiadores, diz respeito à freqüente publicação de notícias que se investem de uma questionável carga histórica para falar de passado sem que sequer seja produzido um sentido estritamente histórico para este ou aquele acontecimento. Interrogávamo-nos sobre a natureza desta história-produto há pouco quando falamos das redes sociais que capitalizam a noção de memória, como o *Linkory*...

Não mais *Magistra Vitae*, nem providencial e tão pouco autônoma, plena de autoridade, com um lugar de fala específico na sociedade, e às vezes até com a mácula responsabilidade do julgar. Nada disso. Segundo Vitali, os contornos que a história assume na nossa contemporaneidade, nos tempos da internet, não são nem mesmo aqueles de uma micro-história, nem daquela vista de baixo ou pela periferia, mas uma sorte de *patchwork* de eventos fragmentados do qual escapam o nexos, o contexto e o enredo (VITALI, 2005). Necessitamos portanto, investigar as possibilidades de construção de sentido para o passado que quisermos interrogar na internet, cuidando para não permitir que a falsa ideia de transparência nos leve a adensar ainda mais a opacidade já mencionada anteriormente segundo a contribuição de Criscione em sua resposta a pergunta “Sobreviverá a história ao hipertexto?” (2003).

A propósito da pergunta, a resposta de Criscione é muito clara. O hipertexto não há de ser um impedimento para a história e de certo, ela pode sobreviver aos seus desdobramentos. Segundo Criscione, antes de se tornar um empecilho para a escrita da história nos tempos de internet, o hipertexto contribui para a modificação de algumas práticas, possibilitando, por exemplo que os próprios leitores reconstruam, por si, os percursos lógicos de referências que geralmente são traçados unicamente pelos pesquisadores. Outra tendência que se acentua com o hipertexto é a ampliação das bases documentais pelas quais o historiador circula ao estruturar suas narrativas. Sintetizando, o recurso da hipertextualidade no meio digital possibilita, por diversas razões, a construção de novos percursos interpretativos, para quem pesquisa e escreve e para quem lê e, nestes moldes, termina por se tornar, em parte, co-autor do trabalho. Dissemos isto, pois, ao quanto

parece, a escrita hipertextual, tem desvelado não só novas configurações de textos, mas também novos conceitos de leitor e de autor.

Como assinala Lévy acerca da leitura no contexto da virtualização do texto, parece haver um espaço maior para a construção autônoma de sentidos para as ligações entre textos por parte dos leitores:

As passagens do texto mantém entre si virtualmente uma correspondência, quase que uma atividade epistolar, que atualizamos de um jeito ou de outro, **seguindo ou não as instruções do autor**. Carteiros do texto, viajamos de uma margem à outra do espaço do sentido valendo-nos de um sistema de endereçamento e de indicações que o autor, o editor, o tipógrafo balisaram. Mas **podemos desobedecer às instruções, tomar caminhos transversais, produzir dobras interditas, estabelecer redes secretas, clandestinas, fazer emergir outras geografias semânticas**. (LÉVY, 1996: 36, grifo nosso)

Tudo isto, graças ao chamado hipertexto, que nas palavras do autor, assim se define:

Com efeito, hierarquizar e selecionar áreas de sentido, tecer ligações entra essas zonas, conectar o texto a outros documentos, arrimá-lo a toda uma memória que forma como que o fundo sobre o qual ele se destaca e ao qual remete, são outras tantas funções do hipertexto informático. (LÉVY, 1996: 37)

Muito bem, mas por que tanto nos preocupamos com as implicações do hipertexto e a produção historiográfica no atual cenário da “cultura digital”? Vejamos o que nos diz o historiador Roger Chartier a respeito:

No mundo dos impressos, um livro de história supõe um pacto de confiança entre o historiador e o seu leitor. As notas remetem a documentos que o leitor, no geral, não poderá ler. As referências bibliográficas

mencionam livros que o leitor, na maioria das vezes, não poderia encontrar senão em bibliotecas especializadas. As citações são fragmentos recortados por mera vontade do historiador, sem possibilidade, para o leitor, de conhecer a totalidade dos textos de onde foram extraídos os fragmentos. **Esses três dispositivos clássicos da prova da história (a nota, a referência, a citação) estão muito modificados no mundo da textualidade digital a partir do momento em que o leitor é colocado em posição de ler, por sua vez, os livros que o historiador leu e consultar por si mesmo, diretamente, os documentos analisados.** Os primeiros usos dessas novas modalidades de produção, organização e certificação dos discursos de saber mostram a importância das operações cognitivas que implica o recurso ao texto eletrônico. Aqui há uma mutação epistemológica fundamental que transforma profundamente as técnicas da prova e as modalidades de construção e validação dos discursos de saber. (CHARTIER, 2009: 60-61, grifo nosso)

Considerando o que nos traz Chartier, podemos então, imaginar que este menor grau de passividade das pessoas diante dos textos dispostos em ambientes digitais-eletrônicos pode até mesmo permitir que um leitor mais atento descubra um erro ou farsa no trabalho de um historiador. E para além, pensando-se na leitura de trabalhos acadêmicos entre pares, a possibilidade de se verificar a fonte em sua integralidade quase que instantaneamente pode estender aquele primeiro texto lido em muitas outras direções de leituras e reescritas de outros pesquisadores que acessando o mesmo conjunto de fontes podem tentar preencher, aqui e ali, determinadas lacunas cujos limites do texto inicial não permitira.

Há ainda outro aspecto, o da extensão e reprodutibilidade deste mesmo texto em seu próprio espaço de divulgação, como em blogs, por exemplo. No início da publicação de periódicos e folhetins, um texto de jornal era fechado nele mesmo, depois puderam ser enviadas cartas aos jornais, fazendo circular ainda mais informações, e com o tempo tornou-se quase uma cultura que os jornais apresentassem uma seção destinada

à publicação das cartas dos leitores. Hoje, no contexto que Chartier nos descreve, a pessoa pode comentar o texto enquanto lê, ao assim que termina de lê-lo, pode escrever para o seu autor na mesma hora, receber respostas, reproduzir o texto em outros canais... Enfim, há de se pensar também a reprodutibilidade destes textos e logo a ampliação de seu raio de alcance. Ao mesmo passo em que vemos aumentar a interação dos leitores com o texto e em muitos casos com os próprios autores.

Os novos trajetos possíveis entre fontes, referências e diversos textos – históricos ou não – interligados na teia da internet modificam, pois, de certa maneira pelo menos duas das três “fases” da operação histórica (RICOUER, 2010), necessariamente relacionadas uma a outra, quais sejam, o estabelecimento da prova documental e a colocação em forma literária do que se pesquisou, isto é, o encerramento da própria representação historiadora⁸.

Levando em conta pelo menos estas particularidades do texto no panorama da “cultura digital” atual compreende-se a importância de pensar mais a fundo finalmente o que vem a ser o chamado hipertexto. Afinal, se ele redesenha os esquemas de referência sem o qual a validade de qualquer trabalho de caráter histórico pode ser questionado, devemos, de fato, estar atentos aquilo que de especial em seu uso altera nossa forma de apresentar e incluir no texto este importante dispositivo da narrativa histórica que é a referência.

As referências se fazem necessárias porque em se tratando de produzir representações do passado a partir do contato e estudo das várias fontes não podemos esquecer que entre aquilo que lemos e o que produzimos a partir disto existe uma grande diferença. Podemos até dizer, uma distancia insuperável, na medida em que as interpretações dos documentos e bibliografias consultadas são subjetivas e também variam de acordo com a institucionalidade e contexto de produção em que cada escrito e autor se encontram inseridos (CERTEAU, 1988).

8. Considerando as três fases tais qual elegeu Paul Ricouer (2010): documental, explicação/compreensão e representação historiadora.

Cada sujeito carrega consigo uma carga de subjetividade singular com a qual assina seus textos, carga esta que orienta suas interpretações, a segunda de suas expectativas e preferências políticas, experiências de vida etc. Portanto não existe uma correspondência absoluta entre as fontes e o que é produzido pelo historiador, este não faz simplesmente um “recorta e cola” de informações, pois o passado não é um dado objetivo a ser extraído das fontes tal e qual, ao gosto da escola rankeana. A autópsia, então, não pode ser considerada um “legitimador” perfeito e indeturpável para garantir a maior verdade de um texto chancelado por esta. O mesmo raciocínio serve também para o sistema referencial que usamos hoje, não é o número de dezenas de fontes bibliográficas consultadas e nem a quantidade de *links* referidos a atribuir maior ou menos valor (de verdade) a um texto. A qualidade de um texto está amarrada ao conjunto complexo de todos os passos que constituem uma pesquisa, desde o surgimento de um questionamento, à seleção e tratamento das fontes, até as etapas finais de escrita e elaboração de hipóteses, a depender finalmente, recorrendo mais uma vez a Hartog, das chamadas “condições de visibilidade”, determinadas não só pela paisagem escolhida e a disponibilidade de fontes para acessá-la, mas também pelo observador-narrador e de como este participa as suas experiências pessoais no seu trabalho. São duas as histórias que se misturam no processo de escrita, a “história do visível” e a “história do olho” (HARTOG, 1999).

Ainda é cedo para – do ponto em que nos encontramos de nossa pesquisa – afirmar algo categoricamente, mas o que nos parece patente é que o hipertexto traz novos problemas para a escrita da história. As clássicas referências bibliográficas, parte indissociáveis dos livros de história, continuam verificáveis, e ainda que não estejamos em condições de acessá-las manualmente de imediato, sua verificação pode ser feita em qualquer tempo, desde que nos desloquemos até o ponto em que tal obra referenciada se encontra depositada. O problema se apresenta a esta altura em relação às teias de hipertextos que temos tecido é: como haver garantia de que o percurso de *links* que fazemos para construir um texto estará sempre

disponível? Referimo-nos à velocidade como alguns endereços “saem do ar”, arquivos que se corrompem, e depois não conseguimos acessar o mesmo documento. É o já anunciado problema da conservação perante a obsolescência e fragilidade dos formatos digitais. Alguém se lembra dos disquetes? Ou ainda, quem é que nunca se surpreendeu ao buscar determinado conteúdo e encontrar, em lugar do resultado de sua pesquisa, um dos tantos modelos possíveis de páginas como esta abaixo:

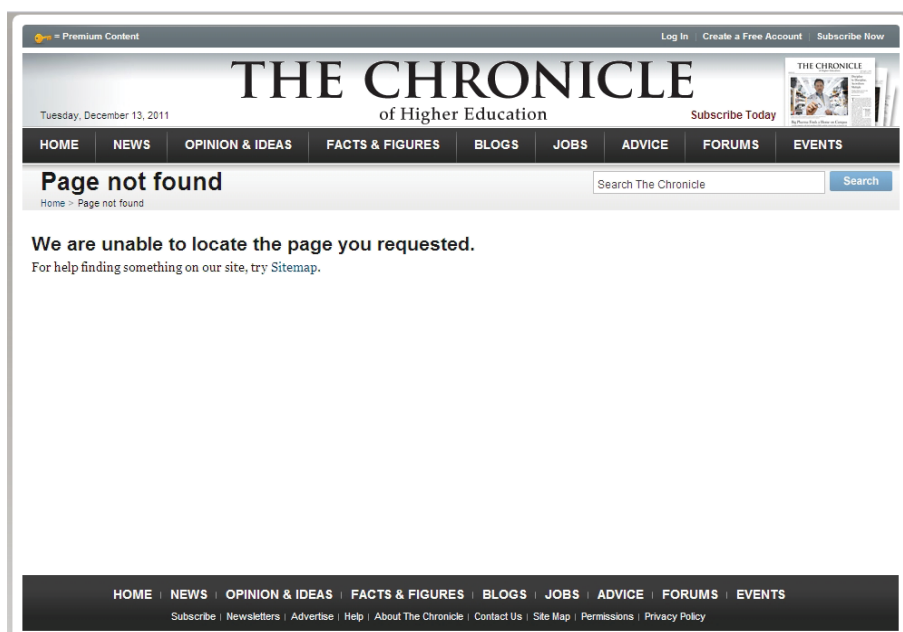


Figura b. Screenshot de um exemplo de arquivo/página não encontrada. Resultado “Error 404 – Page not found” na busca pelo artigo de Robert Darnton “Can an 18th-century book peddler bring academic publishing to the Web?”, citado por Serge Noiret (2002) na seguinte referência: *LinguaFranca, the Review of Academic life Online*, 10/5 - July/August 2000, url: <http://www.linguafranca.com/0007/inside-webcast.html>

Fonte: <http://chronicle.com/0007/inside-webcast.html>
Último acesso em 10 de dezembro de 2011.

O problema na imagem acima é, além da referência não remeter ao texto indicado, o próprio *link* sugerido por Noiret, que era <<http://www>.

linguafranca.com/0007/inside-webcast.html> passar a ser <<http://chronicle.com/0007/inside-webcast.html>> quando colado no *browser*. Como explicar?

Para a nossa maior preocupação, esses tipos de erros em pesquisas na internet é tão frequente, dada à instabilidade de servidores e sites de hospedagem, que muitos sites preparam surpresas irreverentes para os seus visitantes. Vejamos:



Figura c. Página do “Erros Page Not Found” do site abduzeedo.com, onde lê-se a famosa frase “Houston, we have a problem!” em alusão direta a frase da base de controle da NASA, quando se relatou o problema no retorno na missão espacial norte-americana Apollo 13 em 1970.

Fonte: <http://www.pitacosmodernos.com.br/2011/04/as-20-paginas-de-erro-404-mais-criativa.html> Último acesso em 10 de dezembro de 2011.

Assim, mais uma inquietante pergunta que levantamos ao escrever um texto histórico a base de hipertextos é: qual será a chancela de qualidade dos nossos textos e verificabilidade (estabilidade das referencias listadas no trabalho) para nossos leitores? Não nos serve somente indicar

o “eu li” se não temos as garantias que o “lido” permanecera legível. Que outras mais margens da palavra, lida e escrita, nos serão apresentadas no incógnito emaranhado de *links* em cachos e nós que caracteriza a Web? Em que dimensão terminam por se esquecer os arquivos e endereços corrompidos? Haverá terceira margem?

Resta interrogarmo-nos acerca da pretensão de verdade de todas estas histórias espalhadas pela rede. E mais, saber - ou antes mesmo, como saber? - quem responde por elas. Parece, com isso, que também temos um problema no que se refere à autoridade do texto, seja no sentido de autoria, como no de autoridade acadêmica (PAROLIN, 2002), pois na rede os papéis de emissor de mensagens/enunciados e de destinatário se podem se confundir, como vimos com Lévy e tal qual já fora assinalado por Rolland (2004) e Chartier (2009) acima. E por falar em autoridade, vale lembrar que nem sempre os textos são assinados, por isso estamos sempre sujeitos àquele tipo de “história sem historiador”. Parece irresistível a constatação de que vivemos em tempos de Prometeus desacorrentados.

4. “Armazenado, quer dizer, esquecido”

“Na Era Digital, se não fizermos nada para preservar a informação, perderemos tudo.” (Dietrich Schüller, IFAP Vice-President and Audiovisual Archive Specialist, 2007: Outcomes of the Open Thematic Debate on “Information Preservation”, UNESCO.)



Figura d. Imagem-epígrafe. Descrição: peça publicitária (anúncio pop-up) em campanha online da marca de cartões de memória SanDisk. Campanha corrente na 3ª semana do mês de dezembro de 2011 no site Rádio UOL.

Fonte: Rádio UOL <http://www.radio.uol.com.br/>
Último acesso: 12 de dezembro de 2011.

Com Sócrates, nos lembra Ricouer (2010), vemos em *Fedro*, o nascimento mítico da escrita da história, contido por sua vez no mito da origem da escrita. Ocorre que certa vez, o deus Theuth, apresenta ao rei egípcio Thamus, a descoberta da arte que irá transformar a vida de todos no reino. Diz ele ao rei: “Aqui está, ó rei, o saber que proporcionará aos

egípcios mais saber, mais ciência e mais memória (*mnemonikoterous*); da ciência (*sophias*) e da memória (*mnemes*) o remédio (*pharmankon*) foi encontrado.” (RICOUER, 2010: 151)⁹. Mas o rei ponderava os benefícios e prejuízos do que lhe falava o deus:

De fato, essa arte produzirá o esquecimento na alma daqueles que a tiverem aprendido, porque cessarão de exercer sua memória (*mnemes*): com efeito, depositando sua confiança no escrito (*grafhes*), será a partir de fora, graças a impressões do exterior (*tupon*), e não a partir de dentro, graças a si mesmos, que praticarão a rememoração (*anamineskome-nous*); não é, portanto, da memória, mas da rememoração que tu encontraste o remédio (*pharmankon*). (RICOUER, 2010: 152)

Refletindo sobre a fala do rei Thamus, pensamos que tudo aquilo que armazenamos em partes externas a nossa mente de alguma forma se perde, como quando pela escrita de uma fórmula em um papel, nos deixamos esquecer dela. Caso não fosse possível reencontrar o tal papel - suporte físico para aquela “memória” da fórmula - seria possível realizar alguma rememoração?

Somos levados a crer que não. Perdemos aquela informação. Anotamos, guardamos, armazenamos e, no entanto perdemos. E a perda se dá em dois sentidos, um deles é objetivamente no sentido de avaria da informação, outro sentido de perda que complementa este quadro é justamente o de não encontrar, não saber o paradeiro, o percurso a fazer para reencontrar tal objeto. É este segundo sentido que, desejamos destacar na reflexão da presente seção.

Lévy (1996, 2000) observa na última década do século XX o surgimento de uma nova interface social, diante das novas tecnologias de inteligência colocadas em cena pelo advento da internet. São os vestígios

9. Transcrição da citação feita por Ricoeur (2010) da tradução de Luc Bricsson, Platon, *Phèdre*, Paris, Flamarion, col. “GF”, 1989, 1997.

históricos e os registros de memória nesta nova interface social eletrônica que aqui nos interessam. Weirinch, estudioso de filosofia e filologia, fala sobre uma sociedade superinformada já em meados do século passado:

Desde então [1950...] tornou-se evidente que vivemos numa sociedade superinformada, na qual a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informações – qualquer criança pode fazer isso hoje na *internet* -, mas em rejeitá-las – e para isso ainda não há programas na *internet*. (WEINRICH, 2001: 285)

Aqui esbarramos em mais uma questão importantíssima para se pensar o par história e internet. Há nas tensões implícitas entre a hipertrofia e a fragilidade da memória na rede - apresentadas por Vitali - um problema cuja reflexão para nós se torna imperativa, embora não seja o objetivo deste trabalho explorar todas as problemáticas do tema: a conservação do digital.

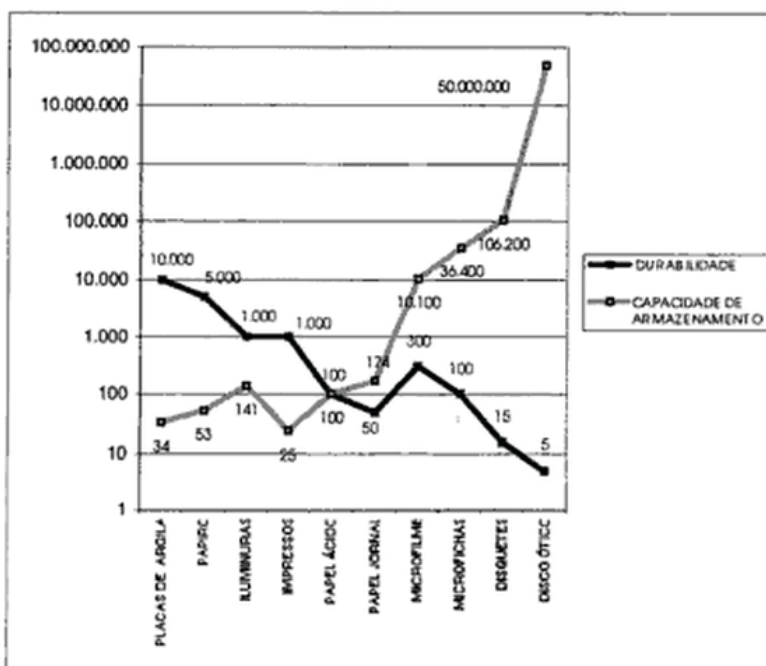
O risco da perda de uma informação no mar de documentos eletrônicos flutuantes na Web abre um clarão de muitas incertezas para os historiadores do nosso século, tornando urgente o debate acerca das técnicas de conservação digital destes arquivos em longo prazo (NOIRET, 2005), incluindo neste debate uma pergunta fundamental: O que conservar? É o lado oposto da moeda da hipertrofia da memória na rede.

Em se tratando de conservação do digital, não há como escaparmos de outra relação dialética que perpassa a nossa discussão, aquela entre o lembrar e o esquecer – a memória e o esquecimento. Ao mesmo tempo em que a *internet* sugere ao homem que é possível alcançar a aporia de “tudo salvar”, guardando tudo em suportes artificiais de memória virtual, nos deparamos com um problema limite, que é o da seleção, exposto por Weinrich no capítulo do qual extraímos o excerto acima, cujo título é bastante ilustrativo: “Armazenado, quer dizer, esquecido” e nos atrevemos a tomá-lo em empréstimo para esta seção.

A impossibilidade de alcançar objetivamente uma memória total, arquivando e conservando todo o tipo de informação não se deve somente à questão técnica intrínseca a este problema, qual seja: o alto grau de obsolescência dos suportes e leitores de mídias digitais. Isto impõe limites materiais a uma conservação *full* de todo o conteúdo digitalizado e produzido na *internet*, pois embora possamos mantê-los, não temos tantas garantias de que estes arquivos estarão legíveis nos próximos anos (OLIVEIRA, 2005). Nossa preocupação nesta pesquisa quanto à conservação dos materiais digitais vai além das incertezas técnicas sobre isso: parte da questão da verificabilidade das fontes (problema de *links* e arquivos corrompidos que se perdem na internet, de que falamos na seção anterior) até a discussão sobre o que conservar, pois mesmo que sob aspectos técnicos fosse possível e seguro uma conservação total, um arquivo do gênero se tornaria inapreensível, labiríntico e tão útil quanto um mapa do tamanho do próprio território que se quer conhecer.

Enquanto diversas empresas do ramo das TICs - sejam as ocupadas em prover serviços de hospedagem na internet, sejam as voltadas para o desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* cada vez mais eficientes e capazes de trabalhar administrando sempre mais e mais memória (aquela artificial) - otimizam seus produtos e aumentam a possibilidade objetiva de “tudo salvar”, o tempo passa e a fúria das inovações não perdoa nem mesmo seus criadores e muito rapidamente, novas mídias e equipamentos recém fabricados se tornam obsoletos, afastando novamente a chance objetiva de um super arquivo que pudesse guardar todos os documentos do mundo. Observemos os dados do gráfico a seguir.

Gráfico 1. Mídias: Anos de uso X capacidade



Fonte: CONWAY, 1997, p.5.

| Período | Suporte | Durabilidade Anos | Nr. Caracteres in ² - 6,416 cm ² |
|---------------|--|----------------------|--|
| Idade Antiga | Tabletes argila | 10.000 | 34 |
| Idade Antiga | Papiro | 5.000 | 53 |
| Idade Média | Iluminuras | 1.000 | 141 |
| Idade Moderna | Impressos/ Bíblia Gutemberg/ Papel trapo | 1.000 | 25 |
| 1850 | Papel ácido/Pasta química | 100 | 100 |
| 1870 | Papel Jornal/ Pasta mecânica | 50 | 174 |
| 1930 | Microfilme | 300 | 10.100 |
| 1950 | Microfichas | 100 | 36.400 |
| 1970 | Disquetes | 15 | 106.200 |
| Anos 90 | Disco ótico | 5 | 50.000.000 |

Fonte: AMORIM, 2000: 94.

Como podemos observar no gráfico acima, desde os anos 1970 - isto é, desde a década em que a Terceira Revolução Industrial começa a se fazer sentir em toda parte através do fenômeno da globalização, e espalha os progressos da ciência e da tecnologia por todo o mundo - temos oferta de suportes para o armazenamento de documentos digitais (disquetes e depois o disco ótico). Se compararmos a durabilidade das diversas mídias, fica patente a maior resistência dos suportes retraçáveis da época de gutenberguiana ou anterior a ela. Desde meados do século XIX, quando do surgimento do papel ácido, não temos mais um suporte midiático cuja vida útil se estenda para além de três séculos. O microfilme se destaca com pelo menos o triplo da durabilidade em anos (300) das microfichas e do papel ácido. Mas o papel ácido e as microfichas ainda são de uma tecnologia mais durável que as mídias ditas digitais, estas últimas apresentam, no máximo, uma durabilidade de 15 anos.

Diante disso, hoje superar o risco da perda dos documentos em formatos digitais constitui um dos grandes desafios para os profissionais que trabalham com o passado, para quem as memórias são matrizes indispensáveis. É urgente encontrar um modo para armazenar e preservar esses documentos, sem que isto signifique esquecê-los, perdê-los. Isto é, será imperativo criar mecanismos de seleção e organização do que se deseja manter acessível e do que pode ser feito o descarte.

A este respeito, é interessante lembrar as observações que a historiadora Françoise Choay fizera sobre o par memória e esquecimento no prefácio da obra de Aloïs Riegl, que escreve *O culto moderno dos monumentos* (RIEGL, 2006). Segundo Choay, o historiador precisa compreender em seus detalhes o que significa a atual tensão entre lembrar e esquecer, já antecipada por Freud quando ele dizia que a memória é apenas uma forma de esquecimento e o esquecimento uma outra forma de memória. Só podemos nos lembrar de algo quando o esquecemos e não é possível lembrar tudo ao mesmo tempo, uma recordação total é impossível e, neste sentido, dizia que há de se olhar desconfiados para o exagero entorno da monumentalização de tudo tratada no livro de Riegl. Quando tudo se torna monumento,

afinal, qual é o critério para determinado objeto/documento ser ou não ser um monumento? A generalização apaga as particularidades. A ação massiva de monumentalizações, neste sentido, se assemelha ao processo de tentar salvar tudo e termina por não favorecer nenhuma ação de preservação. Quem salva ou preserva tudo, não salva, nem preserva nada.

É imperativo, portanto, que selecionemos. Instigados pelas nossas angustias e necessidades atuais, devemos selecionar, recortar, guardar, salvar e descartar segundo alguns critérios nossos – mas deve haver um critério – aquilo que julgamos que hoje, de fato, nos importa.

Também devemos observar e tentar aprender com as iniciativas de digitalizações e disponibilização de arquivos online que não dispensaram a forma tradicional de arquivar. Talvez algumas instituições tenham tomado esta estrada justamente por não saber ao certo o futuro destas novas mídias em evidência agora, tal qual o CD, o DVD, o próprio Hard Disk externo, acoplável aos computadores e portáteis. Ou será possível que daqui há alguns anos, considerando-se todas as facilidades de acessar documentos dos mais variados tipos, de todos os lugares do mundo pela internet, os arquivos e as bibliotecas tradicionais ficarão no passado? Se assim o for, a julgar pelos problemas de agora, alguns deles apresentados ao longo da seção anterior e desta mesma, nos depararemos em um futuro bem próximo com a internet transformada em uma espécie de arquivo Frankstein, dentro do qual os vínculos são muito frágeis e se deve ainda encontrar os caminhos e os critérios seletivos para organizá-lo.

Bibliotecários e arquivistas valorizam as fontes históricas quando transformam uma fonte potencial numa fonte efetiva, isto é, quando pelos inventários e índices as tornam conhecidas no seu conteúdo e significação. **O simples inventário, e ainda os índices, representam em si mesmos a descoberta de novas categorias de fontes.** Elas trazem à luz novas idéias e criam estruturas de informação que respondem às interrogações levantadas pelos historiadores. (RODRIGUES, 1979, apud AMORIM: 90, grifo nosso)

Carecemos de um grande empreendimento que aponte para a criação de índices ou pelo menos, categorias que possam ajudar na indexação de conteúdos dispersos na internet. Será necessário a cada novo deslocamento, abrir novas clareiras no denso bosque do ciberespaço.

5. Para não concluir: a semente de um manifesto-problema

Dos pensamentos versados até aqui a absoluta maioria é problema. Falamos das particularidades do tratamento, produção e compartilhamento da história em tempos de internet e Web 2.0.

Atravessou-nos a angústia das viagens tão importantes para que o historiador consiga de embriagar da alteridade necessária, à distância, para realizar seu trabalho. Quisemos definir ciberespaço e depois hipertexto, ainda que a traços mais ou menos livres e descontínuos, deixando abertura para que a este texto se adicionem sempre novas concepções.

No delicado processo de determinar o que é memória e o que é História na internet (DANTAS, 2005; VITALI, 2005), procuramos explorar um pouco a “permeabilidade” entre os campos, História e Internet (ROLLAND, 2001) no contexto da cultura digital. Verificamos na literatura uma grande preocupação e mobilização a favor da operação de uma seleção mais crítica e rigorosa do que se conservar ou não. Do contrário, o excesso do *pharmakon* pode, ao invés de remédio, se tornar veneno e, como quer o paradoxo de Weinrich (“Armazenado, quer dizer, esquecido”) aquilo que foi tão preservado - armazenado e mantido apenas como uma montanha de dados sem “etiquetas” ou categorias que lhes permita a construção de percursos inteligíveis - será esquecido.

Outra discussão a nos motivar foi aquela que diz respeito ao futuro do livro, suporte físico preferencial da produção historiográfica, e as reviravoltas na história da leitura e da erudição a partir das revoluções

informativos das últimas décadas. Também aqui, muitas perguntas permanecem sem respostas.

Enfim, tratamos de levantar problemáticas constitutivas de uma rede complexa de questões interdisciplinares que dificilmente serão esgotadas pela história, tampouco se está trabalhando isoladamente. Contudo, notamos com satisfação que o tema, pouco a pouco, tem obtido a atenção de algumas outras áreas do conhecimento humano, como a linguística, a comunicação e a sociologia. Como escreveu Marc Bloch “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.” (BLOCH, 2001: 20). Foi com este pensamento que procuramos encontrar o que há de humano – e social – por trás das máquinas e dos *ecrans*, com seus *bits* e *bytes*.

Acreditamos que os movimentos do presente estudo sejam apenas as primeiras etapas de nossa escavação no quase inexplorado campo da “historiografia digital” digital no Brasil. Esperamos que a mesma angústia-combustível que nos trouxe até aqui, possa nos levar adiante em novas empreitadas de perguntas, descobertas e novas perguntas. Estudos como este, acerca da relação entre as novas tecnologias de comunicação e informação (NTICs) e o ofício do historiador a nosso ver tendem a encontrar cada vez mais interlocutores nos debates sobre a história e a pesquisa de história no Tempo Presente, haja vista o caráter introdutório de trabalhos afins apresentados este ano no XXVI Simpósio Nacional de História.

É neste mesmo cenário que se insere uma outra experiência estrangeira, fora do eixo EUA-Itália, com a qual tendemos a concordar. Trata-se de um projeto realizado pela rede espanhola *Historia a Debate* (HaD). Conduzido pelo historiador Carlos Barros, em 2001, o grupo publica um manifesto denso de dezoito propostas metodológicas, historiográficas e epistemológicas, no qual, uma delas é justamente intitulada “historiografia digital”¹⁰. Esta forma de historiografia consistiria em um “novo

10. Manifesto Historia a Debate http://www.hdebate.com/Spanish/manifesto/idiomas_manf/manifesto_had_pt.htm

paradigma da comunicação social”, que não se destinaria a substituir, as atividades presenciais e suas tradicionais instituições, mas passaria a integrar de maneira sempre mais intensa a vida acadêmica e social “real”. Vejamos:

As novas tecnologias estão a revolucionar o acesso à bibliografia e às fontes da história, ultrapassando os limites do papel tanto para a investigação como para a publicação, possibilitando o aparecimento de novas comunidades globais de historiadores. A Internet é uma poderosa ferramenta contra a fragmentação do saber histórico se for utilizada de acordo com sua identidade e possibilidades, isto é, como uma forma interactiva de transmitir informação instantânea de maneira horizontal a várias partes do mundo. Segundo o nosso critério, a historiografia digital deverá ser complementada com livros e outras formas convencionais de investigação, difusão e intercâmbio académicos, e vice-versa. Este novo paradigma da comunicação social não vai substituir, consequentemente, as atividades presenciais e as suas instituições seculares, mas formará parte, de uma maneira crescente, da vida académica e social real. A generalização da Internet no mundo universitário, e no conjunto da sociedade, assim como a educação informatizada dos jovens, tornará esta nova historiografia um fator relevante da inacabada transição paradigmática entre o século XX e o XXI. [XI, Historiografia Digital] (HaD, 2001)

Diríamos primeiro, que tal manifesto resume bem as condições nas quais nos deparamos com a “historiografia digital”. Resistimos, contudo, a aceitar que esta seja então concebida como uma nova corrente historiográfica, como uma proposta nova de fazer História, tal como parece indicar o parágrafo acima. A nosso ver, por tudo que foi dito aqui, a “historiografia digital” deva ser incorporada ao fazer cotidiano de cada historiador que utiliza a internet em seu trabalho. A internet, aliás, não necessita ser vista apenas como uma ferramenta para ser usada somente

episodicamente quando necessária devido à falta de “recursos” pelas vias mais convencionais aqui chamadas de tradicionais. Não se trata de substituir ou sobrepor uma forma de pesquisa a outra (método tradicional e método novo, digital), trata-se de compreender que enfim, não podemos mais escapar à fatalidade que é ter a internet como aliada em nosso trabalho. Desta forma, o manifesto acima transcrito, pode ser considerado como parte do processo de semeadura das questões inerentes à nova “historiografia digital” que sem dúvidas, são passíveis de sugerir um debate historiográfico bastante promissor para os historiadores do século XXI.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de . O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. Aedos - Revista **do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, v. 3, p. 9-30, 2011.

AMORIM, Eliane Dutra. Arquivos, Pesquisa e as Novas Tecnologias. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas-SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

AYERS, E. L. **History in Hypertext**, 1999. Disponível em <<http://www.vcdh.virginia.edu/Ayers.OAH.html>>. Acesso em 13 de dezembro de 2011.

BOLTANSKI, Luc. [e] CHIAPELLO, Éve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

BURKE, Peter e BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Comunidades Virtuais ou Sociedade de Rede? A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____, Manuel. A história na era digital. In: **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novos problemas**, 3ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, Editora, 1988. p.17-48.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, UNESP, 1999 (1ª reimpressão 2009).

COHN, Sergio e SAVAZONI, Rodrigo. **Cultura Digital**. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2009.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: Projeto Preservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 2001.

COHEN, Daniel J, ROSENZWEIG, Roy. **Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006. Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/index.php>> Acesso em 20 de dezembro de 2010.

CRISCIONE, Antonino. **Sopravviverà la storia all'ipertesto?** In *Memoria e Ricerca n.s.* 12 (2003), p. 165. Disponível em <<http://www.fondazioneecasadioriani.it/modules.php?name=MR&op=showfascicolo&id=30>>. Acesso em 18 de novembro de 2011.

DANTAS, Camila G. **O Passado em bits: Questões sobre a reelaboração da memória social na Internet**. In: Anais do VI CINFORM (Encontro Nacional de Ciência da Informação). Salvador – Bahia, 2005. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/CamilaDantas.pdf Acesso em 10 de dezembro de 2011.

DARNTON, Robert. **A Historian of Books, Lost and Found in Cyberspace**. Chronicle of Higher Education; American Historical Association, 1999. Disponível em: <<http://www.historians.org/prizes/gutenberg/rdarnton.cfm>> Acesso em 10 de dezembro de 2011.

_____, Robert. L'illuminismo digitale. Darnton: L'Europa non lo sa ma il web salverà i libri. Intervista conceduta a Benedetta Craveri. **La Repubblica**, 27 maggio 2011.

_____, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Companhia das Letras, 2010.

ERWAY, Ricky. **Defining 'Born Digital'**. OCLC Online Computer Library Center. p. 1-4, nov. 2010.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p.419-440.

FLÓREZ, Jairo Antonio Melo. De la escasez a la abundancia. **Historia Digital – um blog para la Historia Digital Hispanoamericana**, 09 de março de 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss e Iná de Mendonça – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HaD, **Manifesto Historia a Debate**. Trad. Margarida Sobral Neto. Coimbra, 11 de setembro de 2001.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Tradução de J.L. Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In: **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes e MAM-RJ, 2000. p. 9-40.

KOMESU, Fabiana Cristina. Blogs e práticas de escritas de si na internet. In: XAVIER, Antônio Carlos e MARCUSHI Luiz. **Hipertexto e gêneros digitais - Novas formas de construção de sentido**, 2nd ed., Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. p.110-119 Disponível em: <http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/hipertexto%20e%20generos%20digitais%5B1%5D.%20novas%20formas%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20sentido.pdf>. Último acesso em 19 setembro de 2011.

LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 2000.

_____, Pierre. As tecnologias da inteligência. Ed. 34, 2010.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Intolerância em rede: apropriações da Internet pela extrema-direita (1999-2009)**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, Nº10, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384]

MONTEIRO, Drumond Silvana. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* - v.8 n.3 Jun/07 Artigo 03

NOIRET, Serge. La ‘nuova storiografia digitale’ negli Stati Uniti (1999-2004). **Memória e Ricerca**, nº 18, gennaio-aprile de 2005.

OLIVEIRA, Tory. Cópias Fieis: Conheça softwares e estratégias que ajudam a descobrir o plágio em trabalhos escolares e veja como lidar com os alunos flagrados na arte do ‘copiar e colar’. **Carta na Escola**. Maio de 2011, Ed. nº 56, p. 62-63.

PAROLIN, Laura. Come Cambia Il Concetto di “autorità accademica” com la rete. **Memoria e Ricerca**. In *n.s.* 9 (2002), 169. Disponível em: <http://www.fondazionecasadio-riani.it/modules.php?name=MR&op=body&id=266> Acesso em 13 de dezembro de 2011.

RAGAZZINI, Dario. **La Storiografia Digitale**. Torino: UTET Libreria, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

RIEGL, Alois. **O Culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. Da UGG. 2006.

ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégia de memória e mitologias políticas. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 59-92. jan. 2004.

RONCAGLIA, Gino. Informatica umanistica: le ragioni di una disciplina. **Rivista Intersezioni**. Ano XXIII, dicembre 2002. p. 353-376.

ROSENZWEIGH, Roy e THELEN, David. **The Presence of the Past. Popular Uses of History in American Life**, New York, Columbia University Press,1998, p.178.

SÁ, A. F. DE A. **Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 3, n. 07, Rio, 2008. [ISSN 1981-3384]

THOMPSON, John B. Introduzione. In: **Mezzi di comunicazione e modernità: Una teoria sociale dei media**. Traduzione Paola Palminiello, Bolonha, 1998.

VITALI, Stefano. Rappresentazioni Della Storia e del Passato Nella Rete. **Archivio di Stato**, Firenze. Nov. 2005. Disponível em: <http://biennale.st.tiscalibusiness.it/62/61793.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2010.

_____, Stefano. **Passato digitale: le fonti dello storico nell'era del computer**, Milano: Bruno Mondadori, 2004.

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

UNESCO. Dietrich Schüller, IFAP Vice-President and Audiovisual Archive Specialist, 2007: Outcomes of the Open Thematic Debate on "Information Preservation".

*Este livro foi composto em
Spectral pela Edupe.*